

BIJOS, Leila¹

OLIVEIRA, Luiz Fernando²

RESUMO

O objetivo desta análise é propiciar uma análise do sistema político, econômico e social das Falkland Islands visando mostrar a grandiosidade desta “pérola do Atlântico Sul”, que foi palco de um conflito bélico entre Argentina e Grã-Bretanha no século XX. A partir da década de 1990 as Ilhas alcançaram um crescimento populacional recorde, aumento no PIB, principalmente devido ao significativo volume de lucro obtido através da indústria pesqueira e enviado ao exterior. Os *islanders* passaram a direcionar suas ações com foco no futuro, principalmente depois do referendo de

1 Doutora em Sociologia do Desenvolvimento, CEPPAC/UnB, Professora adjunta do Mestrado em Direito Econômico Internacional da Universidade Católica de Brasília. E mail: leilabijos@gmail.com

2 Mestre em Direito Tributário, Financeiro e Econômico pela Universidade Católica de Brasília (UCB) Professor de Direito e Pós-graduação na Associação Educativa Evangélica. E mail: luizfernandokerix@hotmail.com

2013, em que votaram pela cidadania britânica, e receberam plena autonomia governamental.

Palavras-chave: Direito Internacional; Desenvolvimento Econômico; Mecanismos de Resolução de Disputas; Falkland Islands.

LITIGIOUS FALKLAND ISLANDS: AN INTERNATIONAL RUPTURE

ABSTRACT

The goal of this study was to offer a current analysis of the political, economic and social analysis of the Falkland Islands so as to show the grandiosity of this “Pearl in the South Atlantic”, which was the scenario of a violent war conflict between Argentine and Great Britain in the twenty century. In the beginning of the nineties these islands reached unexpected population growth and increase in the Gross Internal Product (GIP), mainly caused by a significant increase in gains derived from fishing industry products sent to other nations. Following these positive changes, Islanders began to redirect their actions focusing in the future, mainly following the 2013 referendum in which islander decided to adopt the British citizenship, and thus, received complete government autonomy.

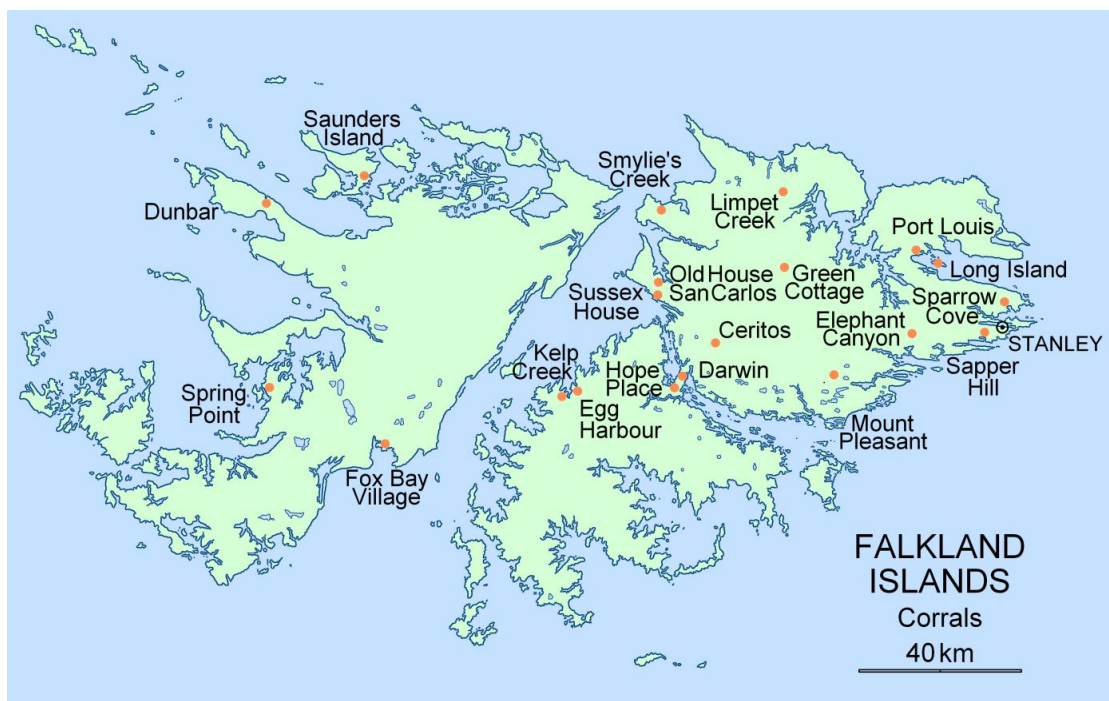
Key Words: International rights. Economic development. Mechanisms to solve out disputes. Falkland Islands.

INTRODUÇÃO

Durante o mês de março de 2014, visitei as Ilhas Falkland, a convite do Governo Britânico, que desejava mostrar a um grupo de acadêmicos brasileiros o desenvolvimento econômico, político e social das ilhas, conhecidas também por Ilhas Malvinas. As Ilhas Falkland

constituem um arquipélago localizado a aproximadamente 300 milhas náuticas (560 quilômetros) de distância do continente sul-americano, com mais de 60 ilhas, dentre as quais duas grandes ilhas se destacam, a West Falkland e a East Falkland, conforme **Mapa 1** abaixo.

Mapa 1 – Falkland Islands



Fonte: *Relatório Estatístico das Ilhas Falkland 2012.*

O mapa mostra a localização da capital Stanley, à direita, onde fica o aeroporto e a base militar britânica, além de cidades com uma maior concentração de habitantes e fazendas. No lado superior oeste sobressai a Ilha de Saunders, que fica

próxima à Peeble Island, onde passamos um fim de semana, num hotel fazenda, com direito a um passeio completo pela região, visitando locais onde são visíveis carcaças de aviões e bombas do período da guerra, monumentos aos

mortos, assim como paisagens intocadas, repletas de pinguins, golfinhos e baleias.

Nosso programa incluiu reuniões com membros da Assembléia Legislativa, representantes da Câmara de Comércio, visitas à Unidade de Pesquisa Ambiental do Atlântico Sul, Departamento de Pesca e Agricultura, e um encontro com historiadores.

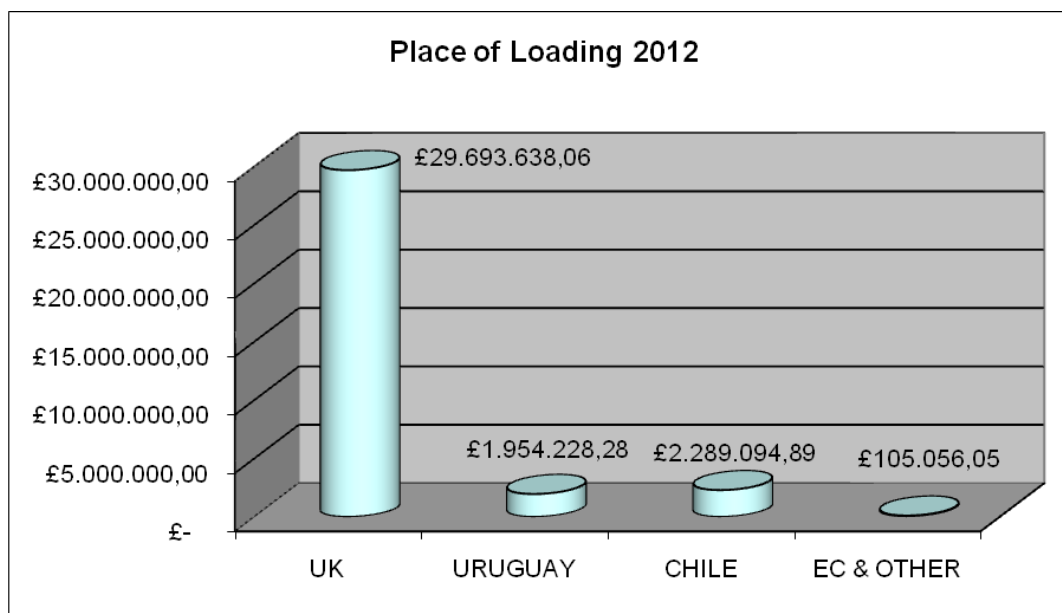
A história das Ilhas e o conflito bélico com a Argentina estão sempre presentes na memória de cada habitante, mas existe um sentimento

de orgulho pelo resultado do referendo realizado nos dias 10 e 11 de março de 2013, e com as perspectivas de um futuro sedimentado em ações prospectivas de desenvolvimento.

A Posição do Brasil e da Comunidade Latino Americana em Relação ao Conflito entre Argentina e Grã-Bretanha

As ações prospectivas perpassam pela produção de petróleo, pela atividade pesqueira, o aumento no fluxo de turistas, a partir da revitalização e modernização do porto.

Gráfico 1 - Importações 2012



Fonte: Relatório Estatístico das Ilhas Falkland 2012.

Discutem-se, as mudanças políticas com eleições presidenciais na Argentina e no Brasil. O término do mandato presidencial de Cristina Kirchner na Argentina e, Dilma Rousseff fazem parte dos membros da Câmara Legislativa, que auguram um futuro de paz e prosperidade calcado em relações políticas mais abrangentes com os países membros do Mercosul, especialmente o Brasil.

As Ilhas Falkland vivenciam um período de amenidades e prosperidade, e estão trilhando o caminho certo para um futuro promissor para cada habitante, desde que consigam retirar os entraves para sua integração na América Latina, ampliem acordos com o continente africano, Ásia, Austrália e Nova

Zelândia. O **Gráfico 1** apresenta dados de importação por países.

As importações mais expressivas são do Reino Unido e perfazem £29.693.638,06 (libras esterlinas), seguindo-se Chile com o total de £2.289.094,89, Uruguai £1.954.228,28, e, União Europeia e outros países, £105.056,05, totalizando £34.042.017,28. Se num futuro próximo, houver uma mudança positiva nas relações com o Brasil, permitindo que este negocie com as Ilhas Falkland independentemente do acordo firmado com o Mercosul, numa visão pragmática de uma nova aliança, os índices de importação de produtos brasileiros alcançariam cifras mais elevadas do que as do Chile, veja **Gráfico 2**.

Tabela 1- SUMÁRIO DAS IMPORTAÇÕES

Reino Unido	£	29.693.638,06
URUGUAI	£	1.954.228,28
CHILE	£	2.289.094,89
UE & OUTROS	£	105.056,05
TOTAL	£	34.042.017,28

Fonte: Relatório Estatístico das Ilhas Falkland 2012.

Patamares semelhantes poderiam ser alcançados com a Argentina, a partir de um novo acordo comercial, como o que existiu no passado durante o governo de Carlos

Menem³. No acordo em pauta, as delegações do Reino Unido e da Argentina se encontraram em Londres nos dias 13 e 14 de julho, numa

atmosfera construtiva e amiga, para continuarem o diálogo iniciado em Londres nos dias 26 e 27 de maio, e que se desdobrou em Nova York no dia 2 de julho. A delegação do Reino Unido foi coordenada pelo Secretário de Estado, Robin Cook, e a delegação da Argentina pelo Ministro das Relações Exteriores, Comércio e Adoração (worship), Guido Di Tella. A delegação do Reino Unido incluía membros do Conselho Legislativo das Ilhas Falkland. Os dois ministros relembrou os Acordos Gerais firmados entre as delegações do Reino Unido e da Argentina em Madri, nos dias 19 de outubro de 1989 e 15 de fevereiro de 1990, o que tornou possível a normalização das relações entre os dois países, e o restabelecimento de uma bem sucedida cooperação na esfera bilateral. Concordaram, ademais, que a cláusula da soberania no parágrafo 2 do Acordo Geral de 19 de outubro de 1989 seria aplicada nesse Acordo Geral. Seguiram-se visitas oficiais do presidente da República da Argentina ao Reino Unido em outubro de 1998 e do Príncipe Charles, em março de 1999.

O contexto mudou com a chegada dos Kirchner ao poder. O

discurso nacionalista pela recuperação da soberania das Ilhas Falkland impediu que as negociações prosperassem, e o bloqueio econômico foi imposto pela Argentina no que concerne ao relacionamento dos países membros do Mercosul.

O restabelecimento das relações bilaterais adentra as questões do direito internacional, com um viés político e econômico, que envolve mediadores como a Organização das Nações Unidas, o governo dos Estados Unidos da América, a Organização dos Estados Americanos, a Comunidade Latino Americana de Nações, a Comunidade Caribenha e países aliados. O Brasil é a favor das reivindicações da Argentina, e apóia a presidente Cristina Kirchner em suas denúncias perante os órgãos internacionais e países aliados.

No início do conflito, em abril de 1982, o Brasil era governado pelo General João Baptista Figueiredo, e passava por momentos de instabilidade financeira e monetária mundial, com uma democracia fragilizada, uma alta inflação, problemas agravados pelo protecionismo tecnológico e comercial dos países desenvolvidos, uma crise energética em razão do choque do

petróleo em 1979, e da Guerra Irã-Iraque no período de 1980 a 1988.

O governo militar brasileiro surpreendeu-se com a decisão do general Leopoldo Galtieri de invadir as Ilhas, considerou-o um ato de loucura, mas proibiu os britânicos de utilizar seu território para reabastecimento de aviões ou navios militares. Em apoio aos argentinos, cedeu três aeronaves da Embraer para reconhecimento marítimo. Advertiu ao Reino Unido de que uma invasão ao território argentino teria desdobramentos, uma vez que poderia levar à união dos países sul-americanos, e desencadear outras participações no conflito.

A surpresa da deflagração do conflito pelo governo militar argentino, causou comoção e surpresa ao Brasil, cujo Chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro encontrava-se em Nova Iorque, retornando de uma viagem oficial ao Extremo Oriente. No entanto, mesmo sem consultar o Conselho de Segurança Nacional, Saraiva Guerreiro declarou oficialmente apoiar a Argentina na sua reivindicação de soberania sobre as Ilhas, almejando que o litígio fosse resolvido pacificamente.

Especialistas como José Honório Rodrigues² refutam a tese de

que o Brasil reconheceu em 1833 a soberania argentina sobre as Ilhas. O historiador Amado Cervo, também, em suas pesquisas, afirma que o Presidente Getúlio Vargas recusou-se a inserir o tema das Falkland Islands/Malvinas no Tratado Interamericano de Defesa. Somente nos anos anteriores ao conflito, é que o governo brasileiro firma documentos reconhecendo a soberania da Argentina pela posse das Ilhas. Mas, diplomaticamente, o governo brasileiro se posicionou de forma neutra durante o conflito, principalmente devido aos inúmeros investimentos britânicos no país, e as relações comerciais dinâmicas com Londres.

O Chanceler Antonio Patriota, ao receber no Brasil o colega Chanceler Hague, em janeiro de 2012, deixou claro que o governo brasileiro apóia as resoluções das Nações Unidas, que apelam para os governos britânico e argentino a dialogar sobre o tema. Hague defendeu a posição histórica de seu país sobre as ilhas britânicas, e reiterou as palavras do Primeiro-Ministro David Cameron que acusou a Argentina de colonialista. A resposta de Buenos Aires foi rápida e firme. O vice-presidente Amado Boudou, que comanda o país na

ausência da presidente Cristina Kirchner, considerou "lamentável" o que disse David Cameron. "Todo mundo sabe o que a Grã-Bretanha representou para o colonialismo durante vários séculos", declarou. A troca de acusações é uma constante entre os dois países e, apesar do apelo da ONU, não há uma solução para a disputa das Ilhas, principalmente depois que os britânicos começaram a explorar os recursos de petróleo e gás no local.

A posição do Brasil se releva de solidariedade com o país vizinho, e junto com as nações do Mercosul, respeita o nome Malvinas para designar o arquipélago. Como medida drástica, a partir de dezembro de 2011, em anuência a decisões dos países do bloco econômico, acatou a proibição de barcos com a bandeira Falkland Islands atracassem em seus portos. Há, nesse contexto, uma clara distinção entre relações internacionais e política internacional. O Brasil possui uma política internacional sólida com a Grã-Bretanha, mas não abre mão de suas relações internacionais com a Argentina. Delimita firmemente o alcance explicativo do contencioso Falkland Islands, apresenta um discurso realista dos fatos e

estabelece uma hierarquia entre os fenômenos presentes entre os dois países na realidade internacional. Constrói, na verdade, um discurso elegante, evitando atritos entre Grã-Bretanha e Argentina. O desfecho pacífico pela posse das Ilhas mostrará a interação entre os principais atores do sistema internacional, a intermediação primordial da ONU e da OEA na definição dos interesses da política externa calcados na paz e desenvolvimento das nações.

No Caminho Certo para um Futuro de Paz e Prosperidade

Em 2013 as questões políticas e diplomáticas das Ilhas Falkland estiveram em pauta na imprensa internacional e brasileira, principalmente pelo referendo realizado nos dias 10 e 11 de março para determinar seu futuro status político e traçar novos rumos econômicos para cada habitante. O resultado do referendo foi surpreendente com 99,8% da população votando em permanecer como um Território Ultramarino do Reino Unido, com apenas 3 votos contra. As eleições tiveram uma participação extremamente alta com um percentual de 92%. O referendo foi

acompanhado por observadores internacionais dos EUA, Canadá, Nova Zelândia e vários países da América do Sul, inclusive do Brasil.

Até a metade da década de 1980 a economia das Ilhas Falkland era muito pequena, quase totalmente direcionada à produção de lã para exportação. Durante os últimos vinte anos, no entanto, ressaltaram-se dois períodos de crescimento significativo no Produto Interno Bruto (PIB). O primeiro período de expressivo crescimento seguiu-se ao conflito bélico de 1982, quando a Base Aérea de Mount Pleasant foi inaugurada em 1985. A segunda expansão do PIB ocorreu entre 1995 e 2000 refletindo o desenvolvimento da indústria pesqueira, representada pela *Falkland Islands Fisheries Conservation Zone* estabelecida em 1987, que cobra taxas das empresas pesqueiras que desejam atracar em suas águas e usufruir da abundância de peixes. Os navios estrangeiros permanecem de três a quatro meses em alto mar pescando, acondicionam os peixes e depois retornam aos seus países de origem para a venda do produto.

Durante a década de 1990 as Ilhas alcançaram um crescimento populacional recorde de dois mil para

três mil habitantes, o que contribuiu para o aumento no PIB. A população permaneceu estável nesse mesmo percentual, apesar de um contingente expressivo de trabalhadores temporários que estão chegando para atuarem no campo petrolífero de Sea Lion, para trabalhos específicos nas plataformas petrolíferas que estão sendo exploradas, com previsões de 500.000 barris por dia, num futuro próximo.

Oliver Stuenkel, acadêmico que participou da visita às Ilhas em março de 2014, ressalta a mudança no Atlântico Sul, com a perspectiva da exploração petrolífera, o que significa um aumento de sete vezes no PIB nos próximos anos³.

O PIB em 2010 era de 142 milhões de libras esterlinas, equivalendo a £ 44,000 per capita. No entanto o produto nacional bruto (PNB) per capita era somente de £ 16,400. A grande disparidade apontada deveu-se ao significativo volume de lucro obtido através da indústria pesqueira e enviado ao exterior. Neste lucro inclui-se o PIB, mas ressalte-se a prosperidade superior das Ilhas. Em termos comparativos o PNB per capita é de aproximadamente 80% do nível

auferido pelos habitantes do Reino Unido.

De 2001 a 2010 o PIB das Ilhas Falkland (com índice de preços constantes em 1998) cresceu 3.8% ao ano, o que é consideravelmente mais alto do que o Reino Unido (1.6%). No entanto, outras economias como Chile e Uruguai cresceram a níveis comparativamente similares, 4.2% e 3.9% ao ano respectivamente⁴.

Depois da indústria pesqueira, que detém 60% do PNB, mas com preços flutuantes no mercado internacional, o setor mais proeminente em termos de PIB é o setor de Comunicações, Finanças e Negócios 10%, Comércio e Turismo 7%, Serviços de Utilidade Pública 6%, Mineração, Manufatura e Construção 6%, Educação e Saúde 5%, Agricultura 2%, Diversos 4%.

No futuro espera-se que a produção de petróleo e gás se constitua no maior maximizador do desenvolvimento econômico das Ilhas. As últimas rodadas de exploração tiveram início em 2010⁵, com campanhas de perfuração, tanto nas áreas norte, quanto sul. A empresa Noble Energy iniciou uma nova fase de trabalhos prospectivos em Sea Lion em 2014, o que redundará numa

completa modernização da área portuária, com um projeto moderno de revitalização que atrairá novos turistas, investidores e trabalhadores, contribuindo significativamente para a economia e o bem estar dos habitantes. A fase comercial de produção de gás e petróleo está agendada para ter início em 2018/2019. O futuro promissor das Ilhas e de seus cidadãos dependerá de negociações bilaterais que perpassam pelo Comitê das Nações Unidas para a Descolonização, pelo crivo da UNASUL, da CELAC e da OEA, mas também de uma mudança de paradigma nos canais diplomáticos da Argentina voltada para uma soberania compartilhada com o Reino Unido. O governo brasileiro, através de comissões parlamentares no Congresso Nacional deve aprofundar o conhecimento mútuo, promover parcerias entre empresas brasileiras e *islanders*, e esquecer um passado distante em que a disputa bélica levou à morte centenas de soldados.

A gênese do contencioso e seu desencadeamento

A Argentina nunca deixou de reivindicar soberania sobre as Malvinas, como parte integral e

indivisível de seu território⁶. A ditadura militar, o golpe para derrubar o general Roberto Viola (1924-1994), o posicionamento beligerante do general Leopoldo Galtieri na tentativa de salvar a fracassada economia do país, o desgaste econômico e moral de uma nação com altos índices de inflação, apresentam um inventário de um contencioso internacional, onde se inserem os principais fatores diplomáticos e jurídicos nas relações internacionais⁷.

A Argentina poderia sem aviso prévio apossar-se militarmente das Ilhas Falklands, sob o argumento do nacionalismo? O retrospecto do contencioso demonstra que os problemas internacionais na região do arquipélago se iniciaram no século XVIII, mas até a década de 1960, o território do arquipélago passou por um período de paz, com exceção das duas Guerras Mundiais, nas quais foi eventualmente utilizado como passagem por navios. No entanto, em 14 de dezembro de 1960, durante a Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), aprovou-se a Resolução nº 1.514, a qual consistia numa Declaração sobre a Concessão de Independência aos Países e Povos Coloniais⁸. Tal norma de Direito

Internacional chamou a atenção para a necessidade de por fim à ideologia do colonialismo e reafirmar que todos os povos possuem o direito à autodeterminação e podem livremente escolher sua condição política. Para fazê-lo, determinou-se em seu artigo 5º que algumas medidas imediatas precisavam ser tomadas para que todos os territórios que ainda não tivessem alcançado a independência recebessem todos os poderes inerentes para fazê-lo, sem condições ou reservas, de acordo com sua vontade livremente expressa, e sem qualquer distinção de raça, credo ou cor⁹.

Foi com base nessa Declaração da ONU que a Argentina reivindicou a sua soberania sobre as ilhas ao Comitê das Nações Unidas para a Descolonização em 1964, enquanto a Inglaterra argumentou que não se tratava de um caso de descolonização, mas sim de um conflito territorial. Em 1965, o Comitê decidiu que efetivamente era uma situação de descolonização, e que os dois países envolvidos deveriam imediatamente iniciar negociações, a fim de se chegar a uma solução pacífica para o interesse da população do arquipélago. Ademais, a Assembléia-

Geral da ONU editou a Resolução nº 2065 nesse mesmo ano, convidando os governos dos dois países a prosseguirem nas negociações a eles recomendadas, levando em consideração as normas e princípios de Direito Internacional, a Carta da ONU, a Resolução nº 1514 e os interesses da população do arquipélago¹⁰.

Várias outras resoluções da Assembléia-Geral da ONU foram construídas com o objetivo de solucionar os problemas diplomáticos envolvendo as Ilhas Malvinas ou Falkland Islands, especialmente as de nº 3160/1973, 31/49 de 1976, 37/9 de 1982, 39/6 de 1984, 40/21 de 1985, 41/40 de 1986, 42/19 de 1987, e 43/25 de 1988, nas quais se ratificou o pedido de que os países envolvidos deveriam chegar a uma solução pacífica do conflito. Porém, isso não aconteceu, dando continuidade às trocas de acusações entre Argentina e Grã-Bretanha e a decisão do poder político ditatorial militar que controlava a Argentina de promover um plano de controle sob o território que envolvia o uso do “*hard power*”, ou seja, do uso da força e da guerra.

Antes de fazê-lo, o alto comando do governo argentino

elaborou a Operação Rosário como forma de planejar as estratégias empregadas por suas forças militares. Concomitantemente, no plano político internacional, os argentinos acreditavam que teriam o apoio dos Estados Unidos para reaver o território das Malvinas ou que os ingleses iriam abrir mão da ilha por meio de uma rápida negociação diplomática. No entanto, os planos do governo Galtieri não saíram como o esperado e o plano teve que sofrer modificações¹¹.

Em março de 1982, uma frota de navios mercantes escoltada por embarcações militares começou a rondar o arquipélago. Desconfiando daquela estranha manobra, o governo britânico exigiu que aquelas embarcações se retirassem imediatamente daquele território de domínio inglês, o que motivou a exigência, pelo Governo britânico, de sua retirada. Como resposta, a Argentina declarou guerra à Inglaterra e iniciou os ataques às ilhas no dia 2 de abril. Karl Deutsch questiona: “Quais os fatores determinantes da guerra e da paz entre as nações? Quando, como e por que as guerras começam, prosseguem e acabam?”¹². Assim, os dois países se envolveram na denominada Guerra das Malvinas,

que encerrou brevemente, em 14 de junho de 1982, 74 dias após o início bélico, com a derrota da Argentina.

No que se refere ao contexto das Falkland, não se tratava de uma rivalidade geopolítica na América do Sul, como a que existia entre Brasil e Argentina, que predominou por mais de 170 anos, como herança de uma disputa entre o império espanhol e português pela Bacia do Rio da Prata. As Falkland Islands apresentam um conflito distinto das guerras anticoloniais e revolucionárias que eram travadas entre as antigas potências europeias com as nações recém independentes da Ásia ou da África¹³. Do ponto de vista comparativo, a Argentina e Grã-Bretanha se arrolavam entre os países que estavam mais simbioticamente vinculados à economia mundial durante o século XIX, mas que, sobretudo depois da Segunda Guerra Mundial se haviam desvinculado completamente do sistema¹⁴.

O conflito não tinha um significado nem racial, nem ideológico de qualquer tipo; no entanto, de imediato, no Atlântico Sul, o mundo se deparou com duas forças convencionais, com equipamento

militar equivalente, que combateram durante 74 dias por terra, mar e ar.

O resultado da guerra foi uma surpresa para as forças armadas britânicas que tinham um caráter mais profissional em todos os aspectos, e contavam com a vantagem de um trabalho em equipe. A Argentina tinha a seu favor a surpresa do ataque de 2 de abril, uma linha de abastecimento muito mais fácil e próxima, mas apesar da coragem de seus soldados, não se preparou convenientemente para explorar ao máximo seus benefícios. Tratava-se de uma guerra insensata, gerando um fatal encadeamento de eventos, com as falhas drásticas de percepção, previsão e controle.

CONCLUSÕES

A análise do sistema internacional nos apresenta um panorama de relações intra-imperiais que é marcado por profunda assimetria. Essa assimetria se fundamenta numa discriminação étnico-cultural que historicamente foi exibida pelos povos cêtricos, relativamente aos periféricos, países colonizados, e que, atualmente, ocorre nas relações entre centro e periferia, no mundo ocidental. Como nação imperialista, a Grã-Bretanha

sobressaiu-se pela expansão mercantil, pelo desenvolvimento naval, por seu domínio na Ásia, Índias Ocidentais, e Novo Mundo. Herdou dos espanhóis a soberania das Ilhas Malvinas ou Falkland Islands, denominação britânica. Apesar da ausência de interesse pelas Ilhas, reagiu com pulso forte à invasão Argentina em abril de 1982. No âmbito da contenda bilateral com Grã-Bretanha, a Argentina se encontrou numa situação de impotência relativa, com um desfecho infeliz para os argentinos.

O arquipélago onde se situam as Falkland Islands tem destaque no cenário internacional contemporâneo, como região estratégica do ponto de vista econômico e militar, o que gera naturalmente conflitos de interesses internacionais em decorrência das reservas petrolíferas descobertas na área. A Argentina reivindica a soberania das ilhas por fazerem parte de seu território, da Terra do Fogo, Antártida e Ilhas do Atlântico Sul, apresentam, sobretudo, alegações jurídicas de que a ocupação foi realizada de forma ilegal pela Grã-Bretanha. As questões diplomáticas, políticas e econômicas estão em jogo, tendo como mediadores a

Organização das Nações Unidas, o governo dos Estados Unidos da América, a OEA, e países aliados.

A Grã-Bretanha apresenta a tese da autodeterminação, os direitos inalienáveis dos *islanders* que são britânicos, e não aceitam a cidadania argentina, conforme referendo ocorrido em 2013. O que se percebe na linha de análise dos fatos históricos, é que, após o conflito, a galopante crise inflacionária – que então batia na casa dos 600% ao ano – e os movimentos populares contra a repressão militar causaram a queda da ditadura argentina. Em um brusco processo de redemocratização, os argentinos depuseram Galtieri e, no ano seguinte, realizaram as eleições que levaram Raúl Alfonsín ao poder. Na Inglaterra, o conflito fortaleceu a imagem política de Margaret Thatcher, que conseguiu se reeleger como primeira-ministra.

Desde então, as negociações diplomáticas não avançaram, mesmo com a insistência da Argentina, que em 2004 reafirmou a ilegalidade da ocupação inglesa perante o Comitê das Nações Unidas para a Descolonização. Em dezembro de 2008, os Chefes de Estado e de Governo dos países da América Latina e do Caribe publicaram um

comunicado, reafirmando a necessidade de uma rápida solução pacífica para a controvérsia. Novos mecanismos de resolução de disputas, do estabelecimento de medidas de confiança mútua, e a assinatura de um tratado internacional que conceda à Argentina a posse legítima do arquipélago poderão ser vislumbrados no futuro.

REFERÊNCIAS

ARON, Raymond. *Penser la guerre, Clausewitz*, Paris: Biblioteque des Sciences Humaines, Editions Gallimard, Tomo I, 2006.

ARON, Raymond. *Los últimos años del siglo*, Madrid, Espasa-Calpe, 1985.

ARON, Raymond. *Os Sistemas Internacionais*, in: *Curso de Introdução às Relações Internacionais*, Unidade III, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Guerra das Malvinas: petróleo e geopolítica*, Maringá: *Revista Espaço Acadêmico*, Nº 32, Maio de 2012, p. 157-165.

BOUCAULT, Carlos Eduardo de Abreu. *Hugo Grotius: O Direito da Guerra e da Paz (resenha)*, *Revista Direito GV* 2, Vol. 1, Nº 2, Junho/dezembro 2005, São Paulo: Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas, p. 217-220.

BÜSSER, Carlos. *Malvinas, La guerra inconclusa*, Buenos Aires: Editorial Fernández Reguera, 1987.

CARDOSO, Camila Daros. *CARDOSO, Oscar Valente. As Malvinas São Argentinas*. Disponível em: <http://jus.com.br/revista/texto/14478/as-malvinas-sao-argentinas>. Acesso em: 15 de março de 2013.

CASTRO, Jorge. *Malvinas Hoy: su importancia económica y geopolítica*, 11ª edição, Buenos Aires: Distal, 2013

DEUTSCH, Karl. *Análise das relações internacionais* (trad. Maria Rosinda Ramos da Silva), 2ª Edição, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

Falkland Islands Government Policy Unit. *Briefing on Falkland Islands Economy*, Port Stanley: September 2013.

FERNS, H.S., *Gran Bretaña y Argentina en el siglo XIX*, Buenos Aires: Solar/Hachette, 1966, apud CASTRO, Jorge. *Malvinas Hoy: su importancia económica y geopolítica*, 11ª edição, Buenos Aires: Distal, 2013, p. 68.

FREEDMAN, Lawrence & GAMBIA, Virginia. *Señales de Guerra*, Buenos Aires: Javier Vergara, 1992.

GROTIUS, Hugo. *O Direito da Paz e da Guerra* (trad. Ciro Mioranza), Florianópolis: Editora Unijuí, Fondazione Cassamarca, 2004, 2 volumes.

HASTINGS, Max & JENKINS, Simon. *La batalla por Malvinas*, Buenos Aires: Emecé, 1984.

House of Commons Foreign Affairs Committee Overseas Territories Report, pp. 145–147. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/ImpérioBritânico>. Acesso em: 15 de março de 2013.

JAGUARIBE, Hélio, CASTRO, Araújo e LIJHART, Arend. Análise do Sistema Internacional, in: Curso de Relações Internacionais, Unidade V, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

MORTON, Kaplan. System and Process in International Politics, New York: Wiley, 1957.

MAQUIAVEL, Nicolau. O Príncipe (Tradução Deocleciano Torrieri Guimarães), 1ª edição, São Paulo: Editora Rideel, 2003 (Biblioteca clássica).
MIDDLEBROOK, Martin. Task Force. The Falklands War 1982, London: Penguin Books, 1987.

SADEK, Maria Tereza. Nicolau Maquiavel: o cidadão sem fortuna, o intelectual de virtù, in: WEFFORT, Francisco C. (org.) Os Clássicos da Política, 1º Volume, 13ª Edição, São Paulo: Editora Ática, 2002, p. 11-50.

SOUSA, Rainer. Guerra das Malvinas. São Paulo: Brasil Escola, 2012. Disponível em: <http://guerras.brasilecola.com/seculo-xx/guerra-das-malvinas.htm> Acesso em: 15 de março de 2013.

STUENKEL, Oliver. Petróleo nas Malvinas: mudança no Atlântico Sul, Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia (ISAPE), Post-Western World, 20/03/2014, disponível em: <http://isape.wordpress.com/2014/03/23/petroleo-nas-malvinas-mudanca-no-atlantico-sul/>, acesso em 08/06/2014, 13:49.

THATCHER, Margaret. The Downing Street Years, London: Harper Collins, 1993.
THOMPSON, Julian. No picnic (No fue un paseo), la actuación de la 3ra. Brigada de Comandos de la Infantería Británica en la Guerra de Malvinas (Falklands) en 1982, Buenos Aires: Editorial Atlántida, 1989.
U.K.- Argentine Joint Statement 14 July 1999.

Recebido em: 06-03-2014

Aprovado em: 14-07-2014